

BEM-ESTAR ANIMAL

Roberto Rodrigues*

Sustentabilidade na produção do agronegócio há muito tempo deixou de ser uma questão semântica, e cada dia mais se transforma num fator essencial de competitividade. Consumidores dos países desenvolvidos procuram saber como foi produzido tudo o que compram, com que tipo de mão de obra ou de insumos, e, se o produto for industrializado, quais processos foram usados e que conservantes foram incorporados.

Se essa demanda se restringia até pouco tempo aos países mais ricos, agora vai se estendendo também aos emergentes, e não apenas para alimentos: roupas, calçados e materiais de consumo entram no rol de questionamento quanto à origem.

O movimento faz sentido, e adere à consciência coletiva quanto à preservação dos recursos naturais para os pósteros.

E são muitos os pontos de atenção incorporados ao assunto, especialmente no caso da agropecuária. Entre eles se destacam: o uso de defensivos agrícolas, considerado exagerado e causador de doenças por grande parcela da população, quando na verdade são “remédios” para as plantas e só causam mal se usados em doses e ocasiões inadequadas; o uso da água, que as plantas não consomem, mas depois de usada é devolvida à natureza (solo ou atmosfera); o uso de combustíveis fósseis na atividade rural, o uso das sementes transgênicas, e assim por diante.

Mais recentemente vem crescendo a preocupação com um tema bastante delicado, e para o qual as empresas do agronegócio estão atentas. Trata-se do bem-estar animal.

Até muito pouco tempo, essa questão estava restrita aos países mais ricos. Não era sequer percebida entre os mais pobres ou em desenvolvimento. E desde 1980, quando passou a ser objeto de disciplina no Curso da Escola de Veterinária da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, ganhou importância nos sistemas de produção europeus. No entanto, o Brasil também deu um passo relevante a respeito, ao estabelecer no artigo 225 da Constituição promulgada em 1988, que a coletividade e o poder público têm a obrigação de proteger a fauna de práticas que coloquem em risco ou provoquem a extinção de espécies, ou, mais ainda, que submetam animais à crueldade. Embora não se faça menção explícita aos animais domésticos, está claro que esses eram também objeto do legislador constituinte.

Mais recentemente, o assunto passou a ser frequentemente levantado pela mídia brasileira, e a sociedade em geral se interessou por ele, levando as empresas a assumirem crescentes responsabilidades quanto ao bem-estar dos animais criados para fornecimento de proteína animal aos consumidores daqui e de fora. E tanto os produtores rurais quanto as integradoras de aves e suínos e as cooperativas do mesmo setor passaram a cuidar de seus animais. Assim, desde o nascimento até o abate, passando pela questão sanitária, a alimentação, o transporte, o alojamento e a forma de lidar, nas fazendas e nas agroindústrias,

animais vem recebendo tratamento muito diferente do que acontecia no passado, com transparência e até mesmo tendo em vista a valorização do produto final.

E tudo isso se encaixa num tema maior, chamado de “saúde única”: trata-se de buscar uma relação respeitosa entre homem, animal e ambiente, dentro do conceito geral de que não pode haver sustentabilidade na produção animal sem considerar a saúde ampla considerada no tripé referido.

Com tal visão, nosso país vai se firmando também nesse quesito, por mais que, por interesses comerciais menores, sejamos acusados do contrário por quem é afetado por nossa competitiva sustentabilidade.

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV e Embaixador Especial da FAO para as Cooperativas**